

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Vol. I

CURSO de **DIREITO**
PROCESSUAL
CIVIL

65^a
edição | revista,
atualizada
e ampliada

- Teoria Geral do Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
 - Fechamento desta edição: 14.11.2023
 - O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
 - **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
 - Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
 - Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- 1ª edição – 1985
65ª edição – 2024
- Capa: Danilo Oliveira
 - **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil, volume I / Humberto Theodoro Júnior. – 65. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

Inclui bibliografia

Inclui índice dos fluxogramas

ISBN 978-65-5964-937-2

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.

23-87090

CDU: 347.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Respeite o direito autor!

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza	4
4. Relações com outros ramos do Direito	5
5. Objetivo	6
6. Novos rumos do direito processual civil.....	7
7. Universalidade dos problemas do processo moderno	8
§ 2º História do Direito Processual Civil.....	11
8. Origens	11
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	11
10. O processo civil romano	12
11. Processo comum	13
12. O processo civil moderno (fase científica).....	15
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI.....	15
14. Direito processual civil brasileiro	16
15. Regulamento 737.....	17
16. Códigos estaduais.....	17
17. Códigos unitários.....	17
18. O Código de 1973	18
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	19
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	20
21. O Código de Processo Civil de 2015	22
I – Principais inovações do CPC/2015	23
II – Visão geral do CPC/2015	25
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil.....	27
22. Noções gerais.....	27
23. Lei processual.....	28

24.	A Constituição e os tratados.....	29
25.	Doutrina e jurisprudência	30
25-A.	O direito jurisprudencial.....	33
25-B.	A necessária harmonia entre a obra do legislador e a complementação criativa do intérprete/aplicador.....	34
26.	A lei processual no tempo.....	35
27.	A lei processual no espaço	36
28.	Interpretação das leis processuais.....	36
28-A.	Interpretação conforme a Constituição	38

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

§ 4º Princípios Informativos do direito processual.....	40	
29.	Noções gerais: princípios universais.....	40
30.	Princípios informativos e normas fundamentais do processo	43
31.	Princípio do devido processo legal.....	43
31-A.	Juiz natural e juiz competente	46
32.	Processo legal e processo justo.....	47
32-A.	Fraternidade, solidariedade e aplicação da lei no processo justo: humanização do direito ...	50
33.	Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	53
34.	Princípio da verdade real.....	54
35.	Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	57
36.	Princípio da oralidade	59
36.1.	Processo justo e oralidade.....	60
36.2.	Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	61
37.	Princípio da economia processual	62
38.	Princípio da duração razoável do processo	62
39.	Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	63
§ 5º Normas fundamentais do processo civil.....	64	
40.	Noções introdutórias.....	64
41.	Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	64
42.	Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	67
43.	Princípio da demanda (art. 2º).....	69
44.	Acesso à Justiça (art. 3º)	70
44.1.	Acesso à justiça e abuso do direito de ação	71
45.	Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	71
46.	Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º)...	72
46.1.	Mediação obrigatória (cláusula escalonada).....	73
46-A.	Justiça, liberdade e autonomia privada	74
47.	Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	76
47.1.	Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo.....	77
48.	Boa-fé (art. 5º)	79
I	Conceituação da boa-fé objetiva como “cláusula geral”	79
II	Consequências da violação da boa-fé objetiva cometida no processo.....	83
49.	Princípio da cooperação (art. 6º).....	84

49-A.	Como o direito positivo se preocupa em valorizar e aplicar, concretamente, os princípios da boa-fé e da cooperação no campo do processo, resguardando de maneira prática a dignidade humana	88
50.	Princípio do processo justo e efetivo (art. 6º, <i>in fine</i>).....	89
51.	Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10)	90
51.1.	Contraditório e questões de fato e de direito	93
52.	Princípio da legalidade. Colisão de normas fundamentais (art. 8º).....	95
52.1.	Aplicação concorrente de princípio constitucional e lei comum.....	98
52.2.	Máximas da proporcionalidade e razoabilidade.....	99
53.	Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º)	101
53-A.	Boa-fé e exercício abusivo do direito de ação (“assédio processual”).....	103
54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	105
54-A.	A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional	107
55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11)	108
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015.....	110
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado	111
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12)	113
§ 6º Aplicação das normas processuais.....		114
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13).....	114
58.	Legislação estadual concorrente.....	114
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	115
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15)	115

CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL

§ 7º Jurisdição, processo e ação.....		116
61.	Imperatividade da ordem jurídica	116
62.	Justiça privada e justiça pública	116
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	117
§ 8º Jurisdição.....		118
64.	Jurisdição.....	118
65.	Jurisdição, função e efetividade.....	120
66.	Características da jurisdição.....	121
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional	123
67.	Imparcialidade e disponibilidade.....	124
68.	Objetivo da jurisdição	126
69.	Efetividade da tutela jurisdicional	126
70.	Princípios fundamentais	127
71.	Jurisdição civil	128
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	129
73.	Substitutivos da jurisdição	132
	I – Enfoque objetivo dos equivalentes jurisdicionais.....	132
	II – Enfoque subjetivo dos equivalentes jurisdicionais	133
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	134
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito...	136

§ 9º Processo	140
76. Conceito	140
77. A importância da definição e estabilização do objeto do processo	140
78. Processo e procedimento	142
79. Características do procedimento	144
79.1. Procedimento como garantia das partes	145
80. Autonomia do processo	146
81. Espécies de processo	146
81-A. Processo estrutural	147
81-B. Pontos de apoio no direito processual vigente para adoção, quando necessário, do processo estrutural	149
82. Funções do processo	150
83. Independência dos processos	150
84. Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	151
85. Tutela ordinária e tutela de urgência	152
86. Tutela sancionatória e tutela inibitória	152
86-A. Tutela de prestação, de certificação e de constituição de situações jurídicas	154
87. Pressupostos processuais	154
88. Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	156
§ 10. Ação	159
89. O monopólio estatal da justiça	159
90. A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	159
91. Autonomia do direito de ação	161
92. A evolução do conceito de ação	161
93. Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	163
93.1. Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional	163
94. A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material	164
94.1. Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado	166
94.2. Abuso do direito de ação	167
95. Condições da ação	168
96. Enumeração e conceituação das condições da ação	171
97. Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil	174
I Interesse de agir	174
II Legitimidade de parte	176
III Legitimação extraordinária	177
IV – Bilateralidade da legitimidade de parte	178
V – Possibilidade jurídica do pedido	178
VI – Visão unitária das condições da ação	179
98. Limites temporais da apreciação das condições de ação	179
99. Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	180
99.1. Mérito da causa: objeto do processo	182
100. Classificação das ações	182
I Classificação relevante	182
II Ações de cognição	183

III – Ação executiva e medidas cautelares	184
101. Ação e pretensão	185
102. Ação e pretensão nos planos material e processual.....	185
103. Ação e causa.....	188
104. Elementos identificadores da causa.....	188
105. Cumulação de ações	190
106. A defesa do réu.....	191
106.1. Legitimidade e interesse para a resposta à ação.....	192
107. Espécies de resposta.....	193

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 11. Elementos do processo.....	194
108. Visão dinâmica e estática do processo	194
109. A relação processual	195
110. Classificação dos elementos do processo.....	195
§ 12. Efeitos da relação processual	197
111. Noções gerais	197
112. Direitos processuais	197
113. Obrigações processuais	197
114. Deveres processuais	197
115. Ônus processuais.....	197

Parte II – Competência

CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

§ 13. Noções gerais	199
116. Conceito	199
116.1. Jurisdição e competência	199
117. Distribuição da competência.....	200
118. Classificação da competência.....	201
§ 14. Competência internacional	202
119. Noções gerais	202
120. Espécies de competência internacional.....	202
121. Competência concorrente e litispendência	204
121-A. Imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros	204
§ 15. Cooperação internacional	206
122. Noções gerais	206
123. Modalidades de cooperação	207
124. Do auxílio direto	208
I – Auxílio direto pleiteado por autoridade estrangeira (cooperação passiva).....	208
II – Auxílio direto pleiteado por autoridade brasileira (cooperação ativa)	209
III – Disposições comuns	209
IV – Regime especial de cumprimento de decisões de Estados-Membros do Mercosul...	209
125. Da carta rogatória	210

126.	Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória	210
126-A.	Convenção de Haia sobre citação no estrangeiro	211
§ 16. Competência interna		213
127.	Noções gerais	213
128.	Competência em matéria civil	214
129.	Competência da Justiça Federal	214
130.	Competência das Justiças Estaduais	216
§ 17. Critérios de determinação da competência interna		217
131.	Generalidades	217
132.	Competência do foro e competência do juiz	218
133.	Divisão da competência do foro	218
134.	Cumulatividade de juízos competentes	218
135.	Competência por distribuição	219
136.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	219
§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria		223
137.	Competência em razão do valor da causa	223
138.	Competência em razão da matéria	223
§ 19. Competência funcional		224
139.	Conceito	224
140.	Classificação	224
141.	Casos de competência funcional por graus de jurisdição	224
142.	Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	224
§ 20. Competência territorial		225
143.	Conceito	225
144.	Foro comum	225
145.	Foros subsidiários ou supletivos	226
146.	Foros especiais	226
147.	Ações reais imobiliárias	226
148.	Foro da sucessão hereditária e da ausência	227
149.	Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	228
	I – União, entidades autárquicas, empresas públicas, fundações, conselho de fiscalização de atividade profissional	229
	II – Estados e Distrito Federal	230
150.	Foros <i>ratione personae</i>	230
151.	Foro das pessoas jurídicas	231
152.	Foro dos Estados e Municípios	231
153.	Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	232
154.	Foro relativo à arbitragem	232
155.	Foro da pessoa idosa	233
156.	Foro central e foros distritais ou regionais	234
§ 21. Modificações da competência		236
157.	Competência absoluta e competência relativa	236
158.	Prorrogação de competência	236

159.	Prorrogação legal. Conexão e continência	237
160.	Modalidades de conexão.....	238
161.	Continência.....	239
162.	Intensidade da conexão.....	239
163.	Efeito prático da conexão.....	241
164.	Efeito prático da continência.....	242
165.	Prevenção.....	243
166.	A prevenção em caso de continência de ações.....	243
167.	A conexão e a competência absoluta.....	244
168.	Oportunidade da reunião das ações conexas.....	244
169.	Outros casos de prorrogação legal.....	245
170.	Conexão entre ação penal e ação civil.....	246
171.	Prorrogação voluntária.....	248
172.	Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	249
173.	Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão..	250
174.	Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal	251
§ 22. Declaração de incompetência		253
175.	Verificação de competência.....	253
176.	Alegação de incompetência	253
177.	Foro de eleição e declinação de competência.....	255
§ 23. Conflito de competência.....		257
178.	Noções gerais.....	257
179.	Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	258
180.	Procedimento do conflito	258
181.	Efeitos do conflito	259
§ 24. Cooperação nacional		261
182.	Noções gerais.....	261
	I – A cooperação segundo o CPC e a regulamentação do CNJ.....	261
	II – Cooperação endoprocessual	261
	III – Cooperação transprocessual.....	262
	IV – Disciplina constante do CPC	262
	V – Dimensões da cooperação	264
	VI – Principais características da cooperação judiciária nacional institucionalizada pelo CPC/2015.....	264

Parte III – Sujeitos do Processo

CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES

§ 25. Partes.....		267
183.	Partes	267
184.	Nomenclatura	268
	I – Processo de conhecimento	268
	II – Processo de execução.....	268
	III – Tutela provisória: as partes são tratadas como requerente e requerido.....	268
	IV – Nos procedimentos de jurisdição voluntária: não há partes, mas apenas interessados	268

185.	Substituição processual	268
186.	Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	270
186-A.	Migração de posição processual da parte	271
187.	Capacidade processual	272
	I – Capacidade de ser parte	272
	II – Capacidade postulatória. Advogado	274
	III Assistência judiciária gratuita	274
188.	Massas patrimoniais personalizadas	275
189.	Capacidade processual das pessoas casadas	275
	I – Capacidade ativa	275
	II Capacidade passiva	277
	III – Ações possessórias	277
	IV Ações contraídas a benefício da família.....	278
	V A união estável.....	278
190.	Curatela especial.....	278
191.	Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	279
192.	Incapacidade processual e irregularidade de representação	281
§ 26. Deveres e direitos das partes e procuradores		283
193.	Deveres.....	283
194.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	285
	I – Condutas qualificadas como atentatórias à dignidade da justiça	285
	II Punição por ato atentatório à dignidade da justiça	286
	III – Repressão à inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	287
	IV – Execução das multas aplicadas em razão do atentado à dignidade da justiça	287
195.	Responsabilidade das partes por dano processual.....	287
	I Indenização	288
	II – Multa	290
	III Honorários advocatícios e despesas da parte prejudicada	290
196.	Direitos.....	290
197.	Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	291
197-A.	Tutela especial das vítimas de violência doméstica	292
§ 27. Despesas e multas		293
198.	Ônus financeiro do processo	293
199.	Antecipação das despesas	293
200.	Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>)	295
201.	A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	295
202.	Ressalvas aos efeitos da sucumbência	296
203.	Extinção do processo por perda do objeto	297
204.	Sucumbência recíproca	298
205.	Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	299
206.	Multas	299
207.	Honorários de advogado.....	300
208.	Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado	300
209.	Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos	301
210.	Honorários do curador especial.....	303

211.	Cabimento da verba sucumbencial de honorários.....	304
	I Honorários nas execuções embargadas	304
	II Honorários nas exceções de pré-executividade.....	305
	III – Honorários no cumprimento de sentença.....	306
	IV – Honorários nos recursos.....	306
	V – Honorários dos advogados públicos.....	307
	VI Honorários em ação com pedidos alternativos ou sucessivos	308
	VII Honorários nos procedimentos de jurisdição voluntária	309
	VIII – Honorários em homologação de decisão estrangeira	309
	IX – Honorários em homologação de acordo.....	309
212.	Inoperância da sucumbência.....	310
213.	Fixação dos honorários	310
214.	Crítérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública	312
214-A.	Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	313
214-B.	Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência.....	314
215.	Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	315
216.	Execução dos honorários de sucumbência.....	316
217.	Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	317
218.	Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	317
218-A.	Assistência judiciária ao advogado.....	319
219.	Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	320
220.	Procedimento para obtenção da assistência judiciária	320
221.	Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	321
222.	Revogação do benefício.....	322
	§ 28. Advogados.....	323
223.	Capacidade de postulação.....	323
224.	O mandato judicial.....	323
225.	Revogação e renúncia do mandato.....	324
226.	Direitos e deveres.....	324
	I – Deveres do advogado	324
	II – Direitos do advogado	325
	III Direitos acrescidos pela Lei 13.363/2016.....	325
	§ 29. Sucessão das partes e dos procuradores	327
227.	Sucessão de parte	327
	I – Sucessão <i>inter vivos</i>	327
	II Sucessão universal.....	328
228.	Sucessão do advogado	328
	CAPÍTULO VII PLURALIDADE DE PARTES	
	§ 30. Litisconsórcio.....	330
229.	Pluralidade de partes	330
230.	Classificações	330
231.	Espécies de litisconsórcio.....	332
232.	Sistema do Código	333

233.	Casos legais de litisconsórcio	334
	I – Comunhão de direitos ou obrigações	334
	II – Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir	334
	III – Afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito	334
234.	Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário	335
235.	Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual	335
236.	Litisconsórcio necessário ativo e passivo	337
236-A.	Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores	337
237.	Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário	338
238.	Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	340
239.	Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz	341
240.	Litisconsórcio facultativo unitário	342
241.	Litisconsórcio facultativo recusável	343
242.	Posição de cada litisconsorte no processo	343
243.	Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	345
243-A.	Litisconsórcio e coisa julgada	346
§ 31. Intervenção de terceiros		348
244.	Conceito	348
245.	Classificações	348
	I – Conforme o terceiro vise ampliar ou modificar subjetivamente a relação processual, a intervenção pode ser	348
	II – Conforme a iniciativa da medida, a intervenção pode ser	348
§ 32. Assistência		350
246.	Conceito	350
247.	Pressupostos da intervenção	350
248.	Assistência simples e assistência litisconsorcial	351
249.	Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	353
250.	Procedimento	353
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial	354
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação	355
253.	Recursos	356
254.	A assistência e a coisa julgada	357
255.	Assistência provocada	358
256.	Assistência atípica ou negociada	359
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual	360
258.	O recurso de terceiro prejudicado	360
§ 33. Denúnciação da lide		363
259.	Conceito	363
260.	Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos	364
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	365
262.	Obrigatoriedade da denúnciação da lide	367
263.	Casos de não cabimento da denúnciação da lide	368
264.	Objetivo do incidente	368
265.	Legitimação	368

266.	Procedimento	369
	I – Denúnciação feita pelo autor	369
	II – Denúnciação feita pelo réu	370
267.	Efeitos da denúnciação da lide	370
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação	371
269.	Recursos	372
270.	Execução da sentença	373
271.	Denúnciações sucessivas	373
§ 34.	Chamamento ao processo	377
272.	Conceito	377
273.	Casos de admissibilidade do incidente	377
274.	Procedimento	378
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor	379
276.	Chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	379
§ 35.	Incidente de desconsiðeração da personalidade jurídica	382
277.	A desconsiðeração da personalidade jurídica	382
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019	384
	277.2. Terceiros sujeitos aos efeitos da desconsiðeração	385
278.	A desconsiðeração inversa da personalidade jurídica	386
279.	Procedimento do incidente de desconsiðeração da personalidade jurídica	387
	I – Desconsiðeração requerida com a petição inicial	388
	II – Desconsiðeração requerida como incidente	389
	III – Desconsiðeração requerida em execução ou no cumprimento de sentença	389
	IV – Redirecionamento da execução fiscal	390
	V – O incidente instaurado perante tribunal	391
	VI – A defesa do terceiro alcançado pela pretendida desconsiðeração	392
	VII – A desconsiðeração atributiva da personalidade jurídica	394
280.	Efeitos da desconsiðeração da personalidade jurídica	395
281.	Prevenção contra a fraude	396
§ 36.	<i>Amicus curiae</i>	399
282.	Conceito	399
283.	Natureza jurídica	400
284.	Procedimento da intervenção	401
	I – Requisitos para a intervenção	401
	II – Quem pode atuar como <i>amicus curiae</i>	402
	III – Prazo e oportunidade para a manifestação	403
	IV – Casos de cabimento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	404
	V – Representação por meio de advogado	404
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	404
286.	Deslocamento de competência	405
287.	Custas e honorários processuais	405

CAPÍTULO VIII DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37.	Organização Judiciária	406
288.	O Poder Judiciário brasileiro	406

289.	Duplo grau de jurisdição.....	408
290.	Jurisdição extraordinária	408
291.	Competência.....	409
292.	Disciplina da magistratura.....	409
§ 38. Órgãos judiciários.....		411
293.	Juízes.....	411
294.	Requisitos de atuação do juiz	411
	294.1. Limites necessários à independência do juiz	412
295.	Garantias da magistratura.....	413
296.	Poderes e deveres procedimentais do juiz	413
	I – Enumeração legal	413
	II – Tratamento isonômico das partes	414
	III – Duração razoável do processo.....	415
	IV – Irrecusabilidade da tutela jurisdicional	415
	V – Estímulo à autocomposição	415
	VI – Prevenção ou repressão às ofensas à dignidade da justiça	415
	VII – Amplitude e atipicidade das medidas de coerção para assegurar o cumprimento das decisões judiciais	416
	VIII – Força policial	417
	IX – Adequação procedimental	417
	X – Poder instrutório do juiz	418
	XI – Primazia do julgamento de mérito.....	418
	XII – Demandas repetitivas.....	418
	XIII – Gerenciamento do processo	418
297.	Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	418
298.	Atividade criativa do juiz.....	420
299.	Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	420
300.	Responsabilidade do juiz	423
301.	Garantia de imparcialidade do juiz.....	423
302.	Casuísmo legal.....	424
	I – Casos de impedimento do juiz.....	424
	II – Casos de suspeição do juiz.....	424
303.	Juiz-testemunha	425
304.	Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	426
305.	Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	426
	I – Pedido de afastamento do juiz	426
	II – Respostas do magistrado.....	427
	III – Apreciação e julgamento do incidente	427
	IV – Extensão do reconhecimento do impedimento ou da suspeição.....	428
306.	Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	428
§ 39. Auxiliares da justiça.....		430
307.	O juízo	430
308.	Escrivão ou chefe de secretaria	430
	I – Atribuições do escrivão ou chefe de secretaria	430
	II – Cronologia das publicações e pronunciamentos judiciais	431

	III – Forma e conteúdo dos atos processuais.....	431
	IV – Responsabilidade civil do escrivão e do chefe de secretaria	431
	V – Impedimento do escrivão.....	432
309.	Oficial de justiça.....	432
310.	Perito.....	433
	I Nomeação pelo juiz	433
	II – Aceitação e execução do encargo pelo perito	434
	III – Cadastro local dos peritos.....	434
	IV – Remuneração do perito.....	434
	V – Responsabilidade civil do perito	434
311.	Depositário e administrador	434
312.	Intérprete e tradutor	435
313.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	436
	I – O papel da conciliação e da mediação no processo civil.....	436
	II – Distinção legal entre conciliador e mediador.....	437
	III – Mediação (CPC/2015, art. 165, § 3º; Lei 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único)....	437
	IV Conciliação (CPC/2015, art. 165, § 2º).....	438
	V Solução consensual e renúncia a direitos	439
	VI – Escolha do método consensual a utilizar.....	439
	VII – Outros meios alternativos de resolução de conflitos com interferência de terceiro ...	441
	VIII A Lei 13.140/2015 e o CPC/2015	441
	IX A conciliação e a mediação durante o processo.....	441
	X Princípios informadores da conciliação e mediação, elencados pelo CPC/2015 e pela Lei 13.140/2015.....	442
	XI – Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	444
	XII – A atuação pré-processual do CEJUSC.....	445
	XIII Centros de conciliação extrajudiciais.....	446
	XIV – Câmaras de Mediação e Conciliação da Administração Pública	446
	XV – Capacitação e remuneração dos conciliadores e mediadores.....	446
	XVI Impedimento e impossibilidade temporária do exercício da função.....	447
	XVII – Escolha dos conciliadores e mediadores pelas partes.....	447
	XVIII – Cadastro dos conciliadores e mediadores.....	447
314.	Outros auxiliares eventuais.....	448

CAPÍTULO IX – SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

§ 40. O Ministério Público	449
315. Conceito	449
316. Funções.....	449
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público.	451
317. Natureza	452
318. Ministério Público como parte	452
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	453
320. Ausência do Ministério Público no processo.....	454
321. Órgãos do Ministério Público	454
322. Princípios e garantias.....	455
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público	456

§ 41. Da advocacia pública	457
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	457
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	457
§ 42. Da defensoria pública	458
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	458
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública	459

Parte IV Atos Processuais

CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

§ 43. Atos Processuais.....	461
328. Conceito	461
329. Características e natureza dos atos processuais	462
330. Agentes	463
331. Atos do processo e atos do procedimento	464
332. Classificação dos atos processuais	464
333. Forma dos atos processuais	465
334. Publicidade	467
335. Meios de expressão	468
336. Os negócios jurídicos processuais	468
I – Noções gerais.....	468
II – Limites da negociabilidade procedimental	471
III – O controle judicial em torno dos limites do negócio processual	472
IV – Convenção sobre provas	474
V – Negócios processuais típicos e atípicos	475
VI – A <i>disclosure</i> como objeto de negócio jurídico processual	476
VII – O negócio processual e o direito público	476
VIII – O <i>pactum de non petendo</i> como negócio processual.....	476
IX – Negócios processuais e precedentes vinculantes	478
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	479
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	479
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	481
340. A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil	483
340.1. O governo digital de acordo com a Lei 14.129/2021.....	484
340.2. Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o território nacional baixada pelo CNJ.....	485
341. O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	486
I – Supremo Tribunal Federal	486
II – Superior Tribunal de Justiça.....	488
III – Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	488
§ 44. Atos da Parte	489
342. Conceito e classificação.....	489
343. Eficácia dos atos das partes.....	490
344. Petições e autos suplementares.....	490
345. Cotas marginais e interlineares nos autos.....	491

§ 45. Atos do juiz	492
346. Atividade processual do juiz.....	492
347. Atos decisórios	492
348. Definições legais.....	493
349. Decisão interlocutória	495
350. Despachos	496
351. Sentença	497
352. Atos não decisórios.....	499
353. Forma dos atos decisórios.....	500
§ 46. Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	501
354. Documentação e comunicação dos atos processuais	501
355. Autuação	502
356. Termos processuais.....	502
357. Forma dos termos.....	502

CAPÍTULO XI - O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

§ 47. O tempo e o lugar dos atos processuais.....	504
358. O tempo.....	504
359. Feriados e férias forenses	505
360. Processos que correm nas férias.....	506
361. Férias e recesso forense	507
362. O lugar	507
§ 48. Prazos.....	509
363. Disposições gerais	509
364. Classificação	509
365. Natureza dos prazos.....	510
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	511
367. O curso dos prazos.....	511
368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	514
I - Fixação do <i>dies a quo</i> da contagem dos prazos processuais.....	515
II - Intimação feita pela imprensa.....	516
III - Intimação feita durante o recesso natalino ou férias forenses	517
IV - Hermenêutica.....	517
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	517
I - Intimações no curso do processo eletrônico	517
II - Citação por meio eletrônico (<i>e-mail</i>).....	519
370. Prazos para recurso.....	519
371. Ciência inequívoca.....	521
372. Termo final.....	522
373. Preclusão	522
374. Prazos para as partes.....	523
I Regra básica.....	523
II Prazo geral.....	523
III Renúncia	523

	IV – Litisconsortes.....	523
	V – Prazo mínimo de obrigatoriedade de comparecimento.....	524
375.	Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	524
376.	Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública.....	524
	I – Ministério Público e Fazenda Pública.....	524
	II – Defensoria Pública.....	525
	III – Disposição comum.....	525
377.	Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	525
378.	Inobservância de prazo da parte.....	525
	I – Regra geral.....	525
	II – Sanções.....	526
379.	Inobservância dos prazos do juiz.....	526

CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 49. Atos de comunicação processual e atos fora da circunscrição territorial do juízo	527	
380. Intercâmbio processual	527	
381. Forma dos atos de comunicação	527	
382. A comunicação eletrônica.....	527	
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	528	
384. Requisitos das cartas.....	528	
385. Cumprimento das cartas.....	529	
386. Cartas urgentes.....	530	
387. Custas nas cartas	531	
388. Cartas rogatórias.....	531	
§ 50. Citação	532	
389. Conceito	532	
389-A. Objetivo da citação	532	
390. Suprimento da citação.....	533	
391. Destinatário da citação inicial	535	
	I – Citação feita a mandatário, administrador, preposto ou gerente	536
	II – Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	536
	III – Citando impossibilitado de receber a citação	536
392. Local da citação	537	
393. Impedimento legal de realização da citação	537	
394. Modos de realizar a citação	537	
395. Citação por meio eletrônico.....	538	
395-A. A citação eletrônica segundo a Lei 11.419/2006 e segundo a Lei 14.195/2021.....	540	
395-B. Citações e intimações por aplicativos de mensagens	541	
396. Citação pelo correio.....	541	
397. Citação por oficial de justiça	542	
397-A. Citação por carta precatória, rogatória ou de ordem.....	544	
397-B. Citação com hora certa	544	
	I – Cabimento e requisitos.....	544
	II – Procedimento da citação com hora certa.....	545

398.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	546
399.	Citação por edital.....	546
	I – Procedimento-edital.....	547
	II Requisitos de validade da citação por edital.....	547
400.	Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	548
401.	Efeitos da citação.....	548
402.	Litispêndência	550
403.	Litigiosidade	550
404.	Mora.....	550
405.	Prescrição.....	551
406.	Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	553
406-A.	Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	553
406-B.	Uma distinção necessária em matéria de interrupção prescricional em decorrência de exercício do direito de ação	554
406-C.	Falta ou nulidade da citação.....	555
406-D.	Regime especial de interrupção da prescrição nas execuções fiscais.....	556
407.	A força de interpelação reconhecida à citação.....	557
§ 51. Intimações.....		558
408.	Conceito	558
409.	Forma.....	558
	I Intimações realizadas pelo órgão oficial.....	558
	II Intimação realizada pela retirada dos autos do cartório.....	560
	III Intimação realizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	560
	IV Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ...	560
	V Preferência da intimação eletrônica.....	561
	VI Inviabilidade da intimação por meio eletrônico e inexistência de publicação em órgão oficial.....	562
	VII Dispensabilidade da intimação do advogado.....	563
	VIII Arguição de nulidade da intimação	563
	IX Intimação pessoal à parte.....	563
410.	Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	563
411.	Aperfeiçoamento da intimação	564
412.	Intimação em audiência	566
412-A.	Intimação eletrônica	566
413.	Intimação por edital ou com hora certa.....	567
414.	Efeitos da intimação	567

CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

§ 52. Nulidade.....		568
415.	Conceito	568
416.	Espécies de vícios do ato processual.....	568
417.	Atos inexistentes.....	569
418.	Noção de nulidade	569
419.	Atos absolutamente nulos.....	569
420.	Atos relativamente nulos.....	570

XXVI CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL Vol. I – *Humberto Theodoro Júnior*

421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	571
422.	Sistema de nulidades do Código	571
423.	Nulidades cominadas pelo Código	573
424.	Nulidades da citação e intimação	573
425.	Arguição das nulidades	574
426.	Momento da arguição.....	574
427.	Decretação de nulidade.....	575
428.	Efeitos da decretação.....	575

CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

§ 53. Registro, distribuição e valor da causa	577
429. Noções introdutórias	577
430. Registro.....	577
431. Distribuição	577
431-A. Cancelamento da distribuição.....	578
432. Distribuição por dependência.....	578
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	579
434. Valor da causa.....	582
435. Impugnação ao valor da causa	584
I Decisão pelo juiz sobre impugnação da parte.....	585
II – Correção do valor da causa de ofício pelo juiz.....	585

Parte V Tutela Provisória

CAPÍTULO XV TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 54. Noções gerais	587
436. Introdução.....	587
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	588
438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	589
439. A abolição da ação cautelar	591
440. A visão unitária da tutela de urgência	591
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência	593
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência	593
442-A. Modificação e revogação da medida provisória	594
442-B. Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória	595
442-C. Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente....	596
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	596

CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

§ 55. Classificação, características, requisitos, iniciativa, forma e conteúdo	598
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	598
445. Requisitos da tutela provisória de urgência.....	599
446. O <i>fumus boni iuris</i>	599
447. O <i>periculum in mora</i>	600

448.	Reversibilidade	601
449.	Perigo de dano reverso	602
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência	603
451.	Necessidade de fundamentação adequada	603
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	604
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público	605
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar	606
455.	Distinção entre liminar e medida de urgência	607
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	608
456-A.	Medidas cautelares e liminar em defesa do erário: ação executiva fiscal, ação de improbidade administrativa e ação anticorrupção	610
	I – Créditos fiscais (dívida ativa)	610
	II – Improbidade administrativa	611
	III – Indisponibilidade administrativa (Lei 13.606/2018)	613
	IV – Lei Anticorrupção: Processo administrativo de responsabilização (PRA). Medida cautelar judicial	613
457.	Contra cautela	615
458.	Oportunidade da tutela de urgência	616
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência	616
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas	617
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica	618
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência	619
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida	619
464.	Aplicação prática de medidas inominadas	620
465.	Limites do poder geral de cautela	621
	I – Interesse de agir	621
	II – Proporcionalidade entre a medida provisória e a ação principal	621
	III – Suspensão de executividade de sentença	622
	IV – Outras limitações	622
	V – Impedimento de execução	623

CAPÍTULO XVII – TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

§ 56. Competência e procedimentos da tutela de urgência	625	
466.	Competência	625
	I – Justiça comum	625
	II – Juízo arbitral	628
467.	Os procedimentos das tutelas de urgência	629
468.	Tutela de urgência incidental	629
469.	Tutela de urgência antecedente	629
§ 57. Competência e procedimentos da tutela de urgência conservativa antecedente	631	
470.	Petição inicial	631
471.	Lide e seu fundamento	631
472.	Exposição sumária do direito que se visa assegurar	631
473.	Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional	631
474.	Outros requisitos da petição inicial	632

475.	Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	632
476.	A defesa do réu.....	632
477.	Prazo para o autor deduzir o pedido principal.....	634
478.	Inobservância do prazo de dedução do pedido principal.....	635
479.	Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada.....	635
	I – Dedução do pedido principal em caso de indeferimento da medida.....	635
	II – Indeferimento por decadência ou prescrição.....	635
480.	Procedimento de dedução do pedido principal.....	635
481.	Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	636
	§ 58. Procedimento da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	638
482.	Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa.....	638
483.	Legitimação.....	639
484.	Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa.....	640
485.	Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	641
486.	Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015....	646
	I – Estabilização da tutela satisfativa de urgência.....	646
	II – Natureza do procedimento especial destinado a autonomizar a tutela de urgência....	646
487.	Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa.....	647
	I – Petição inicial.....	647
	II – Valor da causa.....	648
	III – Procedimento.....	648
	IV – Citação e audiência.....	648
	V – Posição adotada pela 3ª Turma do STJ.....	651
487-A.	Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório.....	652
488.	Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	653
489.	Pedido de reconsideração.....	653
490.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	654
491.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar.....	655
	§ 59. Estabilização da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	658
491-A.	Advertência sobre a correta compreensão e adequada aplicação da técnica de estabilização da medida satisfativa antecipada.....	658
492.	O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015.....	661
493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	663
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena.....	663
	§ 60. Normas comuns às tutelas urgentes.....	665
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	665
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	665
	CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA	
	§ 61. Regime particular da tutela da evidência.....	668
497.	Tutela da evidência.....	668

498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	668
	I Concessão em liminar.....	669
	II Concessão incidental.....	669
	III Conteúdo da medida.....	669
	IV Fungibilidade.....	670
	V Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito.....	670
	VI Tutela da evidência em grau de recurso.....	671
499.	Legitimação.....	671
500.	O casuísmo legal da tutela da evidência.....	672
	I Casos enumerados no art. 311 do CPC.....	672
	II Caso especial de tutela da evidência em favor dos prejudicados por infração à ordem econômica.....	675

CAPÍTULO XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

§ 62. Decisão e cumprimento das medidas provisórias.....	678
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória.....	678
502. Cumprimento das medidas de urgência.....	678
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária.....	681
504. Execução das medidas urgentes satisfativas.....	682
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	683
506. Provisoriedade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias....	683

CAPÍTULO XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

§ 63. Regime do CPC/2015.....	684
507. Introdução.....	684
508. Arresto.....	684
509. Sequestro.....	685
510. Arresto e sequestro.....	685
511. Arrolamento de bens.....	685
512. Registro de protesto contra alienação de bens.....	686
513. Outras medidas cautelares tradicionais.....	687
I Caução.....	687
II Depósito preparatório de ação.....	689
III Busca e apreensão.....	689
IV Atentado.....	689
V Medidas provisionais diversas.....	690

Parte VI Instauração, Crise e Fim do Processo

CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

§ 64. Introdução.....	691
514. Noções gerais.....	691
§ 65. Formação do processo.....	692
515. O processo.....	692
516. Sujeitos da relação jurídico-processual.....	692

517.	Início do processo	694
518.	Formação gradual da relação processual	694
519.	Estabilização do processo.....	694
520.	Alteração do pedido	695
521.	Alterações subjetivas.....	696
521.1.	Alienação do bem litigioso.....	697
§ 66. Suspensão do processo.....		698
522.	Conceito	698
523.	Os casos de suspensão do processo	698
524.	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	699
I	Morte de qualquer das partes.....	699
II	Dissolução ou extinção de pessoa jurídica.....	700
III	Perda de capacidade das partes.....	700
IV	Morte ou perda da capacidade do advogado de qualquer das partes.....	700
525.	Suspensão por convenção das partes.....	701
526.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	701
527.	Suspensão por prejudicialidade	701
528.	Prejudicialidade e conexão	702
529.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	703
530.	Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	704
531.	Suspensão por motivo de força maior	704
532.	Outros casos legais de suspensão.....	704
532-A.	Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	704
532-B.	Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai	705
533.	Férias e suspensão do processo	705
534.	Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal	706

PARTE ESPECIAL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

§ 67. Extinção do processo		708
535.	Encerramento da relação processual.....	708
536.	Sentenças definitivas e terminativas.....	708

Parte VII – Processo e Procedimento

CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 68. Processo e procedimentos de cognição.....		709
537.	Processo.....	709
538.	Procedimento	710
539.	Procedimentos no processo de cognição	710
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	711
541.	Esquema do procedimento comum	712
542.	Fases do procedimento comum	712
543.	Fase postulatória	713

544.	Fase saneadora.....	713
545.	Fase instrutória.....	713
546.	Fase decisória.....	714
547.	Adequação do procedimento	714
§ 69.	Procedimento sumário	717

Parte VIII – Procedimento Comum

CAPÍTULO XXIII FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70.	Petição inicial.....	719
560.	Fases do procedimento comum	719
561.	Petição inicial.....	720
562.	Requisitos da petição inicial	721
563.	Despacho da petição inicial.....	723
564.	Casos de indeferimento da petição inicial.....	725
565.	Extensão do indeferimento	726
566.	Improcedência liminar do pedido.....	726
	I Pedido contrário a súmula do STF ou STJ; acórdão proferido pelo STF ou STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo; entendimento firmado em incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência; enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.....	726
	II Prescrição e decadência	728
567.	Intimação da sentença <i>prima facie</i>	728
568.	Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	729
569.	Preservação do contraditório e ampla defesa	729
570.	Efeitos do despacho da petição inicial	730
§ 71.	O pedido.....	733
571.	Petição inicial.....	733
572.	Pedido	733
573.	Requisitos do pedido	733
574.	Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	734
575.	Pedido concludente.....	735
576.	Pedido genérico	735
577.	Pedido cominatório	736
578.	Pedido alternativo	737
579.	Pedidos subsidiários	737
580.	Pedido de prestações periódicas	738
581.	Pedido de prestação indivisível	739
582.	Pedidos cumulados.....	739
583.	Espécies de cumulação de pedidos.....	741
584.	Interpretação do pedido.....	741
585.	Pedidos implícitos.....	742
586.	Aditamento e modificação do pedido.....	744
§ 72.	A audiência de conciliação ou de mediação.....	746
587.	Introdução.....	746

588.	Audiência preliminar de conciliação ou de mediação	746
589.	Prazo para a contestação	748
	I Com audiência	748
	II Sem audiência	748
§ 73. A resposta do réu		750
590.	A defesa do réu	750
591.	A resposta do réu	750
592.	Espécies de defesa	751
593.	Defesa processual	751
594.	Defesa de mérito	752
595.	Reconvenção	753
596.	Síntese	753
§ 74. Contestação		754
597.	Conceito	754
598.	Conteúdo e forma da contestação	754
599.	Ônus da defesa especificada	755
600.	Preliminares da contestação	756
601.	Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	759
602.	Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	759
603.	Alegação de incompetência do juízo	760
	I Alegação por réu residente fora da comarca da causa	760
	II Réu citado por carta precatória	760
	III – Réu citado por outro meio	760
	IV – Prevenção da competência do juízo em que foi protocolada a contestação	760
	V – Suspensão da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juiz da causa	761
604.	Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	761
605.	Réplica ou impugnação do autor	761
§ 75. Reconvenção		763
606.	Conceito	763
607.	Contestação reconvenicional: uma inovação do Código de Processo Civil	763
608.	Pressupostos da reconvenção	765
	I Cabimento da reconvenção	765
	II – Pressupostos específicos da resposta reconvenicional	765
609.	Reconvenção e compensação	767
610.	Procedimento	768
611.	Reconvenção sem contestação	770
612.	Extinção do processo principal	770
§ 76. Revelia e reconhecimento do pedido		771
613.	Revelia	771
614.	Os efeitos da revelia	772
615.	Alteração do pedido	774
616.	Reconhecimento da procedência do pedido	775

CAPÍTULO XXIV – FASE DE SANEAMENTO

§ 77. Providências preliminares.....	776
617. Conceito	776
I – Em caso de revelia.....	776
II – Em caso de contestação	776
618. Réplica do autor	777
619. Revelia e provas	777
620. Intervenção do Ministério Público	778
621. Ação declaratória incidental	778
622. Outras providências preliminares	778
§ 78. Julgamento conforme o estado do processo.....	780
623. Conceito	780
624. Extinção do processo.....	780
625. Julgamento antecipado do mérito.....	781
626. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	782
627. Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	784
628. Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado.....	785
§ 79. Saneamento e organização do processo	787
629. Decisão de saneamento	787
630. Cabimento.....	788
631. Conteúdo.....	788
631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	790
I – Questões de direito.....	790
II – Questões de fato (prova).....	791
632. Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	791
633. Formas da decisão de saneamento.....	793

CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

§ 80. Audiência de instrução e julgamento.....	794
634. Audiência	794
635. Características da audiência	794
636. Atos preparatórios.....	796
637. Adiamento da audiência	797
638. Antecipação de audiência	798
639. Conciliação	798
640. Procedimento da conciliação	800
641. Instrução e julgamento.....	800
642. Documentação da audiência	801

CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

§ 81. A prova.....	804
643. Conceito	804
644. Direito fundamental à prova	805

645.	Características da prova	806
646.	Objeto da prova e fatos que dispensam prova	807
	I – Questões relevantes	809
	II – Questões precisas.....	810
647.	Finalidade e destinatário da prova.....	810
648.	Prova e verdade	811
649.	Valoração da prova.....	812
	I Critério de valoração.....	812
	II Racionalidade da valoração	813
650.	Sistema legal da valorização da prova	814
651.	O sistema do Código	816
651-A.	Prova e argumento de prova.....	818
651-B.	Aquisição da prova pelo processo.....	820
652.	Poder de instrução do juiz.....	820
653.	Iniciativa probatória do juiz e democracia.....	824
654.	Garantismo processual e ativismo judicial	826
§ 82. Ônus da prova		828
655.	Ônus da prova	828
656.	Ônus da prova: natureza	829
657.	Os dois aspectos do ônus da prova	829
658.	Sistema legal do ônus da prova	831
659.	Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	832
660.	Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova.....	833
661.	Distribuição estática do ônus da prova	834
662.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	835
	I Noções gerais.....	835
	II A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC/2015	836
	III – Requisitos.....	838
	IV – Aplicação a todos os processos de conhecimento	839
	V – Custeio das provas na inversão do respectivo ônus.....	839
663.	Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	840
664.	O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	842
665.	Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	842
666.	Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	843
667.	Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	844
668.	A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	844
669.	Ônus da prova nas ações do consumidor	846
670.	Convenção sobre ônus da prova	847
670-A.	O ônus da prova e o direito ao silêncio.....	848
§ 83. Meios de prova		851
671.	Meios de prova	851
672.	Prova por presunção.....	851
673.	Presunção legal e ficção legal.....	853
674.	Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	854
674-A.	Prova por meio de estatística.....	856

675.	Procedimento probatório.....	857
676.	Instrução por meio de carta.....	858
677.	Dever de colaboração com a Justiça	858
678.	Prova emprestada.....	859
679.	Boa-fé e prova: o comportamento da parte como argumento de prova.....	861
§ 84. Da produção antecipada da prova.....		864
680.	Noções introdutórias	864
681.	Antecipação de prova	864
682.	Cabimento.....	865
	I Fundado receio de impossibilidade ou dificuldade de verificação de certos fatos ...	865
	II – Desnecessidade de vínculo com processo futuro.....	865
	III – Casuismo da antecipação de prova.....	866
	IV Legitimação	868
683.	Oportunidade	868
684.	Objeto da antecipação de prova	868
685.	Competência.....	869
686.	Procedimento	869
	I – Justificação	870
	II Arrolamento de bens	870
687.	Sentença	870
688.	Valoração da prova antecipada	871
689.	Eficácia	871
690.	Medida <i>inaudita altera parte</i>	872
691.	Despesas processuais.....	872
692.	Destino dos autos.....	872

CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

§ 85. Ata notarial.....		874
693.	Conceito	874
694.	Natureza da ata notarial	874
695.	Necessidade de requerimento da parte interessada.....	875
696.	Falsidade da ata	875
697.	Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	875
§ 86. Depoimento pessoal		878
698.	Conceito	878
699.	Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	878
700.	Legitimação para o depoimento	879
701.	Objeto do depoimento pessoal.....	879
702.	Procedimento	880
§ 87. Confissão.....		882
703.	Conceito	882
704.	Requisitos da confissão	883
705.	Classificações.....	883
706.	Efeitos da confissão.....	884

707.	Indivisibilidade da confissão	885
708.	Valor da confissão extrajudicial	885
§ 88. Exibição de documento ou coisa		887
709.	Conceito	887
710.	Oportunidade da medida.....	887
711.	Legitimação e interesse.....	887
712.	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	888
	712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade	890
713.	Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	891
§ 89. Prova documental		895
714.	Conceito	895
715.	Força probante dos documentos.....	895
716.	Documentos públicos.....	896
717.	Reprodução de documentos públicos	897
718.	Documentos particulares.....	898
719.	Valor probante do documento particular.....	899
720.	Telegramas, cartas, registros domésticos	900
721.	Livros empresariais.....	901
722.	Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	902
723.	Reprodução de documentos particulares	903
724.	Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	904
	I – Generalidades.....	904
	II – Fotografias digitais e extraídas da rede mundial de computadores.....	904
	III – Fotografias publicadas em jornal ou revista.....	904
	IV – Impressão de mensagem eletrônica.....	904
	V – Reprodução dos documentos particulares.....	904
	VI – Cópia de documento particular	904
725.	Documentos viciados em sua forma	905
726.	Falsidade documental.....	905
727.	Espécies de falsidade.....	906
728.	Ônus da prova	907
729.	A arguição de falsidade	908
730.	Procedimento do incidente de falsidade.....	908
731.	Facultatividade do incidente de falsidade.....	910
732.	Produção da prova documental	910
733.	Desentranhamento de documentos.....	912
§ 90. Documentos eletrônicos		914
734.	Noção introdutória	914
735.	Documento eletrônico.....	914
736.	Regime legal.....	914
737.	Documento eletrônico não certificado	915
§ 91. Prova testemunhal		917
738.	Conceito	917
739.	Valor probante das testemunhas.....	917
740.	Inadmissibilidade da prova testemunhal	918

741.	Direitos e deveres da testemunha	920
	I – Deveres	920
	II – Incapacidade	920
	III – Impedimentos	920
	IV – Suspeições	921
	V – Testemunhas informantes	921
	VI – Deveres principais	922
	VII – Direitos	922
	VIII – Sistema de garantia de direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.....	923
742.	A produção da prova testemunhal.....	923
	I – Requerimento.....	923
	II – Intimação.....	924
	III – Audiência.....	925
	IV – Ouvida fora de audiência.....	925
	V – Inquirição.....	926
	VI – Incidentes.....	927
	§ 92. Prova pericial	929
743.	Conceito	929
744.	Admissibilidade da perícia	930
745.	O perito	931
	I – Escolha do perito pelo juiz	931
	II – Escolha do perito pelas partes	932
	III – Escolha do perito quando o objeto da prova for autenticidade ou falsidade de documento, de autenticidade da letra e da firma ou de natureza médico-legal.....	932
	IV – Participação dos assistentes técnicos na elaboração da perícia	933
	V – Substituição do perito ou de assistente.....	933
	VI – Suspeição e impedimento do perito	933
746.	O procedimento da prova pericial	934
	I – Generalidades.....	934
	II – Nomeação do perito e perícia consensual.....	935
	III – Coleta dos elementos necessários à perícia	935
	IV – O laudo pericial.....	935
	V – O parecer dos assistentes técnicos.....	936
	VI – Prazos	936
	VII – Quesitos suplementares.....	937
	VIII – Perícia a ser realizada fora da comarca	937
	IX – Esclarecimentos do perito.....	937
	X – Perícia extrajudicial.....	938
	XI – Prova técnica simplificada	938
747.	Valor probante da perícia.....	938
748.	Nova perícia	939
	§ 93. Inspeção judicial	941
749.	Conceito	941
750.	Procedimento	941

CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

§ 94. Noções introdutórias	943
751. Conceito de processo	943
752. Conteúdo e finalidade do processo	943
752-A. Vedação ao <i>non liquet</i>	944
§ 95. Sentença (I)	947
753. Definição legal e classificação doutrinária	947
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito	948
754.1. Indeferimento da inicial	949
754.2. Abandono da causa	949
754.3. Ausência de pressupostos processuais	950
754.4. Perempção	951
754.5. Litispendência e coisa julgada	951
754.6. Condições da ação	952
754.7. Perda do objeto	953
754.8. Convenção de arbitragem	954
754.9. Desistência da ação	955
754.10. Intransmissibilidade da ação	956
754.11. Confusão entre autor e réu	956
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	956
756. Iniciativa da extinção do processo	957
757. Saneamento do processo, quando o defeito for supável	957
758. Juízo de retratação	958
§ 96. Sentença (II)	959
759. Extinção do processo com resolução de mérito	959
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	960
759.2. Prescrição e decadência	961
I – Conceito e distinção	961
II Prescrição intercorrente	962
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	962
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	964
759.5. Transação	965
759.6. Retratação e rescisão de transação	965
759.7. Renúncia à pretensão	966
760. Natureza da sentença definitiva	967
761. Função da sentença definitiva	969
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	970
763. Função da sentença terminativa	970
§ 97. Estrutura e formalidades da sentença	972
764. Conteúdo da sentença	972
765. Relatório	972
766. Motivação	973
766.1. Funções da fundamentação da sentença	979

767.	Dispositivo da sentença.....	979
768.	Condições formais da sentença.....	980
769.	Clareza.....	980
770.	Precisão	980
770-A.	Observações sobre a certeza da sentença que decide sobre relação jurídica condicional	981
771.	A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	984
772.	Sentença condenatória ilíquida	985
773.	A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	985
774.	Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	988
775.	Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	989
776.	Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer)	990
777.	Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	990
	I – Particularidades da condenação e cumprimento das obrigações por quantia certa	990
	II – Hipoteca judiciária	991
	§ 98. Publicação, interpretação e correção da sentença	992
778.	Publicação e intimação da sentença	992
779.	Efeitos da publicação	993
780.	Correção e integração da sentença	993
781.	Princípio da demanda e princípio da congruência	994
782.	Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	995
783.	Interpretação da sentença	998
	§ 99. Classificação das sentenças.....	1001
784.	Classificações.....	1001
785.	Sentenças declaratórias.....	1002
786.	Sentenças condenatórias	1003
787.	Sentença constitutiva.....	1005
788.	Momento de eficácia da sentença.....	1005
789.	Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1006
	§ 100. Efeitos da sentença	1007
790.	Conceito	1007
791.	Entrega da prestação jurisdicional.....	1007
792.	Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	1008
793.	Hipoteca judiciária.....	1009
794.	Outros efeitos secundários da sentença	1010
795.	Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	1011
	795.1. Julgamento da remessa necessária	1013
	795.2. Exclusões da remessa necessária.....	1013
	§ 101. Coisa julgada.....	1015
796.	A conceituação de coisa julgada no Código atual	1015
797.	Sentença, efeitos e coisa julgada.....	1016
798.	Coisa julgada administrativa	1018

799.	Coisa julgada total e parcial	1019
	799.1. A possibilidade de suscitação de questões de ordem pública no julgamento do recurso seria obstáculo à formação de coisa julgada parcial?.....	1021
800.	Coisa julgada formal e material	1023
801.	Terminologia do julgamento de mérito	1026
802.	Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	1026
803.	Arguição da coisa julgada	1027
804.	Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	1028
805.	Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	1028
806.	Preclusão	1029
	§ 102. Limites da coisa julgada.....	1034
807.	Limites objetivos	1034
	I Limites traçados pela lei para a coisa julgada material	1034
	II – Noção de ponto e questão como premissa da coisa julgada	1034
	III – O conflito como limite objetivo da coisa julgada	1035
	IV – Exceção de coisa julgada	1036
808.	Motivos da sentença	1037
	808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	1038
	808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	1040
	808.3. Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC	1042
	808.4. Processo civil espanhol	1043
	808.5. Processo civil da Federação Russa.....	1043
	808.6. Processo civil português	1044
	808.7. Processo civil italiano.....	1044
	808.8. Tentativa de síntese conclusiva.....	1046
	I Limitação da coisa julgada pelas questões resolvidas	1046
	II – Questão principal: uma última palavra sobre o confronto entre questão principal e questão secundária no plano da coisa julgada.....	1047
	III Exclusão dos motivos do julgamento (questões secundárias ou incidentais)	1049
	808.9. Coisa julgada e revelia.....	1049
809.	Verdade dos fatos	1050
810.	Questões prejudiciais.....	1051
	I Inclusão na coisa julgada	1051
	II – Questão prejudicial e contraditório efetivo	1053
	III Questão prejudicial e Juizado Especial	1054
	IV Questão prejudicial e motivo da sentença.....	1055
	V Sede da resolução da questão prejudicial.....	1055
811.	Questões implicitamente resolvidas	1055
811-A.	Conflito entre coisas julgadas sucessivas	1057
812.	A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1057
	812.1. Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu.....	1059
813.	Limites subjetivos.....	1060
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	1062
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	1063
	I Credores solidários	1063
	II – Devedores solidários.....	1064

816.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	1064
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejugamentos.....	1067
818.	Limites temporais da coisa julgada.....	1068
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	1069
820.	Execução forçada e coisa julgada.....	1071

CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103. Liquidação da sentença condenatória genérica	1073
821. Sentença ilíquida.....	1073
822. Execução da sentença ilíquida.....	1073
823. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1074
824. Casos de iliquidez da sentença.....	1075
825. Natureza jurídica da liquidação da sentença.....	1075
826. A liquidação e os honorários advocatícios	1076
827. Limites da liquidação.....	1077
828. Contraditório.....	1079
829. Liqueidez parcial da sentença.....	1079
830. Liquidação por iniciativa do vencido.....	1080
831. Recursos	1080
832. Liquidação frustrada.....	1082
§ 104. Procedimentos da liquidação	1083
833. Procedimentos possíveis.....	1083
834. Liquidação por cálculo.....	1083
835. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	1084
836. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	1084
837. Liquidação por arbitramento	1085
838. Liquidação pelo procedimento comum.....	1086
839. A indisponibilidade do rito da liquidação	1087
840. Rescisão da decisão liquidatória	1088

CAPÍTULO XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

§ 105. Disposições gerais.....	1093
841. Introdução.....	1093
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença	1094
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1094
I – Generalidades.....	1094
II Atos executivos	1094
III Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.....	1095
IV – Iniciativa do credor.....	1095
V – Intimação do devedor.....	1096
VI Títulos executivos judiciais.....	1096
VII Competência para o cumprimento da sentença.....	1096
VIII – Impugnação ao procedimento	1097
IX Cumprimento provisório	1097

XLII | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL Vol. I *Humberto Theodoro Júnior*

X - Cumprimento definitivo.....	1097
XI - Tutela provisória.....	1097
XII Observação.....	1097
Bibliografia.....	1099
Índice dos Fluxogramas	1143